

Naming Rights **de Bens Públicos**

2017

Luis Felipe Sampaio

NAMING RIGHTS DE BENS PÚBLICOS

© Almedina, 2017

AUTOR: Luis Felipe Sampaio
DIAGRAMAÇÃO: Almedina
DESIGN DE CAPA: FBA
ISBN: 978-858-49-3215-3

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Sampaio, Luis Felipe

Naming Rights de Bens Públicos / Luis Felipe

Sampaio. -- São Paulo : Almedina, 2017.

Bibliografia

ISBN: 978-85-8493-215-3

1. Bens públicos 2. Bens públicos - Brasil 3.

Direito de nome 4. Marca de produtos I. Título.

17-03433

CDU 351.713(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Naming Rights : Bens públicos : Direito administrativo 351.713(81)

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Abril, 2017

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1. GESTÃO DE BENS PÚBLICOS	27
1.1 O pano de fundo: escassez de recursos públicos e alta carga fiscal.....	27
1.2 Legitimidade estatal e função social dos bens públicos	38
1.3 Eficiência econômica e afetações dos bens públicos	44
1.3.1 Bens dominicais: afetação a fins econômicos	49
1.3.2 Bens de uso comum do povo e de uso especial: múltiplas afetações e obtenção de receitas originárias	53
1.4. Elementos não econômicos da gestão de bens públicos e potenciais conflitos	57
1.5 Conclusões parciais	65
2. NAMING RIGHTS DE BENS PÚBLICOS.....	67
2.1.1 Distinção entre exploração de <i>Naming Rights</i> e outras formas de nomeação .	67
2.1.2 <i>Naming Rights</i> e negócios jurídicos similares.....	78
2.1.2.1 Adoção de espaços públicos.....	78
2.1.2.2 Doação com encargo.....	80
2.1.3 A expansão da prática	91
2.2 <i>Naming Rights</i> de bens públicos e o ordenamento jurídico brasileiro	99
2.2.1 Competências.....	99
2.2.1.1 Repartição “vertical” de competência e autonomia federativa.....	100
2.2.1.2 Repartição “horizontal”: questões institucionais entre Executivo e Legislativo	110
2.2.2 Aspectos substantivos	115
2.2.2.1 A relevância do bem para a comunidade.....	115
2.2.2.2 A natureza do nome	127
2.2.2.2.1 Pessoas vivas e mortas, pessoas jurídicas e impessoalidade	127
2.2.2.2.2 Compatibilidade com outros valores constitucionais	134

NAMING RIGHTS DE BENS PÚBLICOS

2.2.2.3 A pessoa do nomeante	139
2.2.2.4 Tempo de exploração: aspectos econômicos vs. aspectos republicanos..	141
2.2.3 Aspectos procedimentais.....	149
2.2.3.1 Instrumentalização de contratos de <i>Naming Rights</i>	149
2.2.3.2 Exigência de licitação.....	152
2.2.3.3 Estudos econômicos.....	157
2.2.3.4 Consultas públicas.....	159
2.2.4 Controle judicial e aplicação dos parâmetros propostos	165
3. CONCLUSÃO.....	175